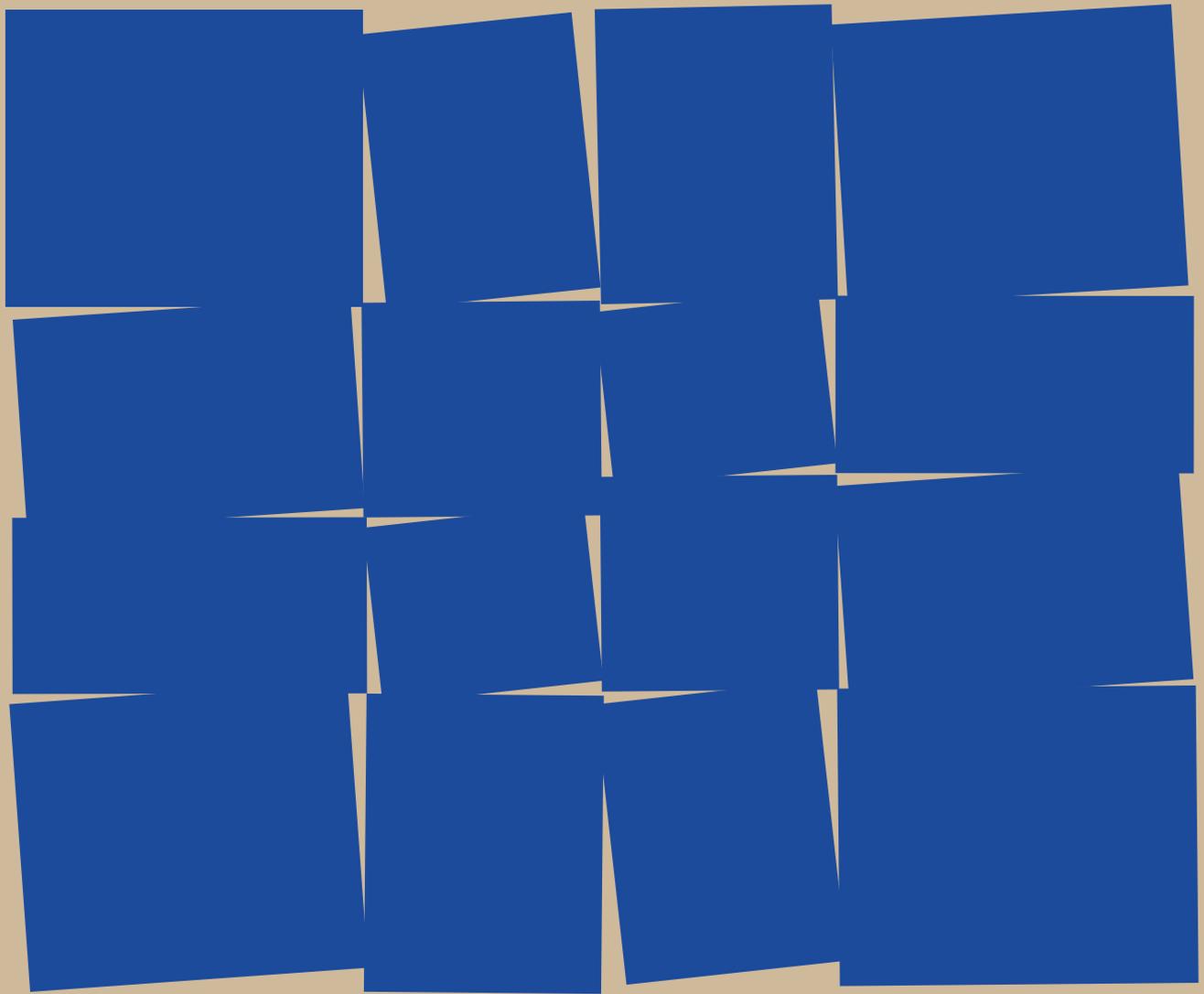


CONGRESSO INTERNACIONAL
deslocamentos na arte



Hélio Oiticica - Metaesquema

Organizadores do CD: Rodrigo Duarte e Romero Freitas

ISBN: 978-85-60537-02-0



Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFOP
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG
Associação Brasileira de Estética - ABRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Prof. Dr. João Luiz Martins

(Reitor)

Prof. Dr. Tanus Jorge Nagem

(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

INSTITUTO DE FILOSOFIA, ARTES E CULTURA

Prof. Dra. Guiomar de Grammont

(Diretora)

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prof. Dr. José Luiz Furtado

(Chefe de Departamento)

PROGRAMA DE MESTRADO EM ESTÉTICA E FILOSOFIA DA ARTE

Prof. Dr. Gilson Iannini

(Coordenador)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Douglas Garcia Alves Júnior

Prof. Dr. Eduardo Soares Neves Silva

Prof. Dra. Imaculada Kangussu

Prof. Guilherme Massara Rocha

Prof. Dr. Rodrigo Duarte (Presidente)

Prof. Dr. Romero Alves Freitas

SECRETÁRIA

Claudinéia Guimarães

IFAC

Rua Coronel Alves, 55 Centro

CEP 35400 – 000 Ouro Preto – MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ronaldo Tadêu Pena

(Reitor)

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

João Pinto Furtado

(Diretor)

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Telma de Souza Birchall

(Chefe de Departamento)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Prof. Dr. Rodrigo Duarte

(Coordenador)

SECRETÁRIA

Andrea Rezende Baumgratz

SITE DO CONGRESSO:

www.ifac.ufop.br/efa/deslocamentos

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E DESIGN:

Sérgio Luz

slslouzalima@yahoo.com

Belo Horizonte, 2010

ISBN: 978-85-60537-02-0

O interesse mimético da imaginação na Crítica da faculdade do juízo

Verlaine Freitas

O objetivo desse texto é fazer uma análise um tanto inusitada do conceito de interesse, presente no “Primeiro momento do juízo de gosto” da “Analítica do belo”, da *Crítica da faculdade do juízo* de Immanuel Kant. A peculiaridade de nossa interpretação provém, inicialmente, do fato de lermos aquele conceito a partir da confluência de nossa leitura da *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e de nossa perspectiva psicanalítica. Pretendemos mostrar como a definição de interesse na *Crítica da faculdade do juízo* – “o comprazimento que ligamos à representação da existência de um objeto” (KdU 204¹) – deve ser substancialmente enriquecida a partir da consideração da mobilidade associativa da imaginação, e para isso nos servimos do conceito de mimesis, tal como empregado por Aristóteles na *Poética*. – Deve-se ressaltar que não apresentaremos de forma introdutória o esquema conceitual presente na “Analítica do belo”, de modo que pressupomos sua leitura e alguma familiaridade com toda a 3^a *Crítica*.

Embora os comentadores da *Crítica da faculdade do juízo* dediquem algum espaço ao comentar a idéia de que todo interesse, com exceção do puro – relativo à disposição de agir moralmente –, é particular, a discussão não é aprofundada em termos de qual seria a *fonte* dessa particularidade, como no caso do juízo sobre o agradável, pois parece óbvio demais que isso já fica elucidado pela idéia de idiosincrasias, diferenças culturais, psicológicas, etc. Não se considera, também, a importância da imaginação nesse aspecto. Rudolf Makkreel, que dedicou um livro inteiro a essa faculdade na *Crítica da faculdade do juízo*, diz: “o papel da imaginação nos juízos estéticos empíricos é meramente patológico e terá somente um interesse marginal”². Há que se perceber que a imaginação é falada por Kant no juízo estético puro como sendo *livre* perante as regras do entendimento e também perante a lei de associa-

1 *A Antropologia de um ponto de vista pragmático e Crítica da faculdade do juízo* serão citadas no texto a partir das edições originais, *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht* e *Kritik der Urteilskraft* (cf. referências bibliográficas ao final do texto), referidas pelas siglas correspondentes, seguidas do número de página.

2 Rudolf Makkreel, *Imagination and interpretation in Kant: the hermeneutical import of the Critique of Judgment*, p.46.

ção empírica, definida por Kant na *Antropologia* a partir do princípio de que “representações empíricas, que se sucedem freqüentemente, produzem um hábito na mente de, quando uma é produzida, deixar a outra surgir também” (ApH 176). O primeiro ponto de nossa argumentação é o de que o prazer relativo à *liberdade da imaginação* somente é entendido apropriadamente se percebemos com clareza aquilo em relação ao qual ela deixa de se vincular. Porém, interessa-nos, agora, menos o duplo constrangimento da imaginação pela sensação e pelo conceito, do que o exercido pela faculdade de desejar, ou seja, aquele relativo ao interesse que deverá ser negado (ou, como veremos, ultrapassado) na beleza.

Para definir o comprazimento desinteressado no belo, Kant mostra sua diferença perante o agradável e o bom (tanto o relativo, útil, ou o absoluto, moral). A exclusão desses dois tipos garantiria o caráter desinteressado do belo, dado que Kant assevera categoricamente que não há nenhuma outra espécie de interesse além deles (cf. KdU 205). “Agradável é aquilo que apraz aos sentidos na sensação” (KdU 205) e “bom é aquilo que, mediante a razão, apraz através do mero conceito” (KdU 207). É inegável que essa dupla distinção é útil para entender muito do que estorva a contemplação estética. Quando alguém ouve uma sonata de piano, por exemplo, muito de seu prazer pode ser explicado a partir do modo como ele/ela se toca pelo som do instrumento, tal como alguém pode perfeitamente se enternecer pelo timbre do violino, enquanto outra pessoa sente um enlevo profundo com a voz de uma soprano — sem que nenhum deles considere, necessariamente, a composição musical, que seria a base para o juízo estético da beleza (cf. KdU 225). Pode-se, também, sentir muito prazer com um quadro de van Gogh devido ao brilho do amarelo em seus girassóis, ou apreciar um quadro de Leonardo da Vinci pelo modo como ele nos mostra como eram os costumes da época. Em cada caso, fica ressaltado o apelo da sensibilidade ou do quanto consideramos boa a obra como uma espécie de veículo de alguma mensagem.

Consideremos, por outro lado, os seguintes casos: tem-se prazer em um objeto devido ao fato de lembrar o amor que se sente por alguém; uma imagem apraz por fazer sentir orgulho do país; gosta-se de um quadro pela esperança que suscita; sente-se prazer ao ver um riacho devido à paz de espírito que provoca. Parece intuitivamente claro que esses quatro exemplos demonstram a existência de interesses, mas a questão é: eles são bem explicáveis através de um prazer proveniente diretamente da sensação ou do vínculo dos objetos com um conceito, de modo a serem úteis ou moralmente bons? Suscitar o orgulho pelo meu país significa aprazer os sentidos na sensação ou ser útil? Recordar-me o amor por uma pessoa enquadra-se nesses critérios? — É perfeitamente possível conceder que nos quatro exemplos existe *algum elemento* de agradável, de um sentimento aprazível interno, seja no amor, no orgulho, na esperança e na paz de espírito; é também claro que cada uma dessas pessoas pode freqüentar os respectivos objetos devido ao fato de que sejam propícios, ou seja, bons para despertar esses sentimentos. Mas a questão crucial é: tais relações do sujeito com o objeto

são explicadas de forma satisfatória pela *sensação* e pela *utilidade* do objeto em provocá-la? Consideremos o primeiro e último exemplos. O prazer de se lembrar de alguém que se ama pode ser suficientemente compreendido através daquilo “que apraz *aos sentidos na sensação*”? –Além disso, o objeto é valorizado *apenas* como um mero suporte, veículo para despertar deste sentimento? Não receberá ele um investimento afetivo afim ao dirigido à própria pessoa? — Reduzir o amor à sensação e o objeto que o desperta a mero instrumento é uma redução drástica do que essa experiência significa subjetivamente. O último exemplo, do riacho, é interessante, porque foi comentado pelo próprio Kant! Para ele, as vistas panorâmicas de objetos da natureza não são propriamente belas, porque aí

o gosto parece se ligar não tanto àquilo que a imaginação *apreende* neste campo, mas sim àquilo serve de ensejo a ela para *poetizar (dichten)*, isto é às próprias fantasias (*Phantasien*), com as quais a mente se diverte, enquanto é continuamente despertada pela multiplicidade com que os olhos se deparam; tal como, por exemplo, a vista das formas cambiantes das labaredas da lareira ou de um riacho murmurante, que não são belezas, mas trazem para a imaginação um atrativo (*Reiz*), pois entretêm seu jogo livre. (KdU 243-4)

Essa passagem é muito significativa, pelo fato de indicar que o interesse, pelo menos nessa circunstância, não se localiza simplesmente naquilo “que agrada ao sentidos na sensação”, ou “que, mediante a razão, apraz pelo mero conceito”, mas sim que *apraz à imaginação através da fantasia*. Esta última é definida na *Antropologia* como “a imaginação, na medida em que produz imaginações involuntariamente (*unwillkürlich Einbildungen hervorbringt*)” (ApH 167). Kant tem em vista o que chamamos de devaneio, a produção de cenas e imagens durante a vigília (*Tagtraum*, literalmente: sonho diurno). É importante marcar a diferença e entrelaçamento entre Fantasia e Imaginação. Como diz Jean Laplanche, “o termo alemão *Phantasie* designa a imaginação. Não tanto a faculdade de imaginar no conceito filosófico do termo (*Einbildungskraft*), mas como o mundo imaginário, os seus conteúdos, a atividade criadora que o anima (*das Phantasieren*)”³. É como se as conexões do mundo imaginário, fantasístico, movessem internamente a atividade do imaginar, seja este ligado às percepções ou ao fantasiar dos sonhos diurnos. Em relação a estes últimos, deve-se ressaltar a duplicidade dos adjetivos empregados para seu exercício: jogo livre e involuntário (ou não-arbitrário: *unwillkürlich*). Essa ambigüidade também pode ser vista quando Kant fala da imaginação produtiva,

com a qual nós nos entretemos quando a experiência se mostra muito monótona; remodelamos a essa também com prazer; na verdade sempre segundo leis analógicas, mas também segundo princípios que residem mais acima na Razão; (...) nesse momento sentimos nossa liberdade perante a lei da associação (que é inerente ao uso empírico daquela faculdade), segundo a qual obtemos um material da natureza, mas que pode ser elaborado em direção a outra coisa, a saber, àquilo que ultrapassa a natureza. (KdU 314)

3 Jean Laplanche & Jean-Baptiste Pontallis, *Vocabulário da psicanálise*, verbete “Fantasia”, p.169.

Há três tipos de vínculos para o exercício da imaginação expressos nesse trecho: lei da associação empírica, leis analógicas e princípios da Razão. O primeiro e o último são inicialmente discerníveis, mas e o segundo? Com certeza não se trata apenas de vínculo analógico com as idéias da razão, como é o caso quando se pensa no belo como símbolo do moralmente bom, mas, embora também não se restrinja à lei de associação empírica, tem uma ligação interessante com ela. Depois de definir a esta última na *Antropologia*, Kant se pergunta qual poderia ser sua origem, e diz que uma explicação do tipo fisiológico, como o conceito de idéias materiais no cérebro, de Descartes, não é adequada,

porque nós não possuímos nenhum conhecimento do cérebro e de seus lugares, onde os vestígios das impressões a partir das representações poderiam entrar em consonância simpateticamente uma com a outra (*sympathetisch mit einander in Einklang kommen*), na medida em que elas, por assim dizer, se toquem (pelo menos de modo mediato). (ApH 176)

A descrição se dirige ao que, na verdade, é recusado, uma explicação fisio-biológica, mas os termos usados são altamente sugestivos, e podem ser empregados para designar os nexos entre as representações. Como o fundamento desses vínculos é subjetivo, pois “em uma pessoa essas representações são associadas de um modo, e de outro em outra pessoa” (ApH 177), eles são realizados às vezes com muita velocidade, e, por saltarmos elos intermediários, a vizinhança (*Nachbarschaft*) entre elas se afrouxa, e nos perdemos em algum pensamento ou discurso, sem saber qual a linha de raciocínio seguíamos. Trata-se de uma ligação por afinidade, definida como “a unificação a partir da ramificação do múltiplo [proveniente] de um fundo” (idem).

A palavra afinidade (*affinitas*) lembra, aqui, uma ação recíproca, tomada da química e análoga às conexões do entendimento, entre dois elementos especificamente diversos, corpóreos, atuantes intimamente um no outro e que se esforçam para formar uma unidade, quando esta unificação produz um terceiro elemento, que tem propriedades que somente podem ser geradas a partir da unificação de dois elementos heterogêneos. (ibidem)

Kant fala várias vezes, na CFJ, de interesse dos sentidos, e já na primeira *Crítica*, de interesse da razão. Nos escritos morais, diferenciava o interesse patológico e o puro. A partir do que dissemos acima, podemos falar, agora, de um *interesse da imaginação*, qualificado por esse fio condutor do deslizamento simpatético entre as representações imagético-imaginárias⁴. Trazido à tona com especial visibilidade no caráter involuntário, não-arbitrário, dos devaneios, o princípio fantasístico de afinidade entre tais representações faz com que seu jogo seja livre apenas na superfície, pois se encontra fundado na sucessividade analógica do parentesco entre as formações imaginárias. Em vez de apenas se duplicarem, como um rebatimento monótono indiferenciado, ou como se seguissem regras abstratas, aquelas se mesclam

4 Esse duplo adjetivo para a representação visa enfatizar que não se trata apenas da unidade da percepção atual, mas também não apenas do âmbito das associações mentais em geral. Deve-se fazer um esforço de pensar o quanto uma depende da outra, sem, ao mesmo tempo, perder sua especificidade.

e se ramificavam, produzindo novos extratos de significações. Como esse fluxo não termina, enquanto perdurar a consciência (e até mesmo durante o sono, como as produções oníricas testemunham de forma enfática), podemos dizer que esse princípio de associação fantástico é um componente forte da experiência, desdobra-se nas associações lúdicas para além da monotonia cotidiana e adquire um patamar diferenciado na produção poética. – Para ele não existe nenhuma designação melhor, a partir da história da filosofia, do que *mímesis*.

Aristóteles, na *Poética*:

Duas causas e ambas naturais foram provavelmente as que geraram a arte da poesia como um todo. Pois a *mímesis* é natural para os seres humanos desde a infância — e nisso eles diferem do resto dos animais por serem os mais miméticos e fazem [*poieitaí*] seu primeiro aprendizado através da *mímesis* — como é [natural] para todos ter prazer nas coisas mimetizadas. (1448b 5-8)

Será que dizer que o ser humano difere dos outros animais por ser o mais mimético é mais uma definição para ele, além das de animal político (*Política*, 1253 a3) e animal racional (*Ética a Nicômaco*, 1098a; *Política*, 1253a 10-15)? Se é, entraria em contradição com elas?⁵ Curiosamente, a duplicidade *phýsis-logos*, presente nelas, repercute na distinção kantiana entre sensibilidade e entendimento, os quais “se irmanam em sua heterogeneidade para realização de nosso conhecimento, como se um se originasse do outro, ou ambos de um tronco em comum; o que, entretanto, não pode ser, pelo menos não nos seria compreensível, como o heterogêneo poderia surgir de uma e mesma raiz” (ApH 177).

A idéia de Kant de que a CFJ fornece uma passagem sistemática entre a natureza, concebida teoricamente, e a liberdade, no âmbito prático, aponta, nessa perspectiva, para essa esfera intermediária da conexão mimética das representações imagético-imaginárias, que pode ser pensado como um desdobramento sucessivo dos ímpetos cegos de associação, que podemos chamar de *mimetismo*, até as formas mais refinadas e sofisticadas da *mímesis* poética. Os graus mais elementares de *mimetismo* já podem ser localizados na natureza, como a adaptação cromática dos animais ao meio ambiente, ou nas crianças, que aprendem a falar, andar e diversos outros comportamentos através dessa assimilação simpatética com outro. E se deveria mostrar como a experiência estética é resultado de uma elaboração extrema da *mímesis*. Desse modo, o âmbito da derivação multiplicada das formações imaginárias não apenas fornece a passagem entre a *phýsis* e o *lógos*, como também reflete em seu interior essa duplicidade.

Falta, ainda, algo de suma importância para caracterizarmos este interesse mimético-fantástico da imaginação: é preciso mostrar como o ímpeto desiderativo se articula, se exprime e se realiza através dele. Ao explicar por que o agradável está ligado a interesse, Kant diz que o prazer que obtemos com um objeto nos leva a desejar outros semelhantes (*dergleichen*

5 Cf. Michael Davis, *The Poetry of Philosophy. On Aristotle's Poetics*, p.4.

Gegenständen) (KdU 207). A essa altura de nosso texto, o leitor já deve imaginar qual é o tipo de associação estabelecida por, e entre, esses objetos de prazer. Claro: associações analógicas de parentesco, afinidade e semelhança — vínculos miméticos, enfim.

Reflitamos: se a experiência de prazer, de acordo com o próprio argumento de Kant, serve como uma espécie de convite para objetos semelhantes, precisamos considerar que temos consciência de todas as associações miméticas entre os objetos que são fonte e promessa de prazer? Poderíamos dizer que a satisfação *atual* com algum objeto teria seu fundamento de determinação dado por este encadeamento mimético com os outros? Se isso procede, poderíamos ainda dizer de alguma etapa na vida que fosse a origem das formações imaginárias, derivadas, então, de uma espécie de memória primeva, mesmo que dispersa, do comprazimento com os objetos? Se existe esta fase, seria de se supor que nela a relação com tais objetos fosse desprovida substancialmente de princípios abstratos de unificação conceitual, em que o impacto das vivências de prazer seria muito significativo, uma vez que não seria ainda passível de se filtrar pela unidade abstrata do “eu penso”. Sobre esse último ponto, lemos na *Antropologia*:

É curioso: que a criança que já pode falar de modo consistente, entretanto só bem mais tarde (talvez até mesmo um ano depois), começa a falar através do Eu, tendo falado de si até então através da terceira pessoa (Karl quer comer, andar etc); e que parece acender-lhe uma luz, quando ela começa a falar através do Eu: a partir de quando ela não mais retorna àquele modo de linguagem. — Antes ela apenas *sentia* a si mesma, agora ele *pensa* a si mesma. (...) A lembrança de seus anos como criança, entretanto, não alcança aquele tempo, porque não era o tempo das experiências, mas apenas de percepções meramente dispersas, ainda não unificadas sob o conceito de objeto. (ApH 128 – grifos nossos)

— Mas, será que toda lembrança se dá apenas através da “ponte” do conceito? Será que não houve uma outra forma de unificação dessas “percepções meramente dispersas” que não fosse a intelectual? Não poderia ser, digamos, imagética, imaginária, “figurativa”? E não teriam essas con-figurações um modo de derivação para o momento presente que permanecesse aquém da lembrança conceitualmente acessível? Henry Allison, de modo bem direto, a partir de sua interpretação do papel do “eu penso” como constituidor da experiência, diz: “com certeza, estas representações (intuições) não percebidas permanecem ‘nada para mim’, em termos cognitivos, mas elas podem, entretanto, influenciar meu comportamento”⁶. Se assim é, então dizemos que, se sentimos prazer (ou medo, orgulho, tristeza, euforia etc.) com alguma pessoa, ideal, imagem, coisa etc., isso significa que tais objetos são assimilados de um determinado modo através dessa rede associativa mimética (involuntária, não-arbitrária) do desejo.

Falta ainda, porém, responder uma pergunta de suma importância: haveria um princípio unificador de toda essa série de associações miméticas? Convergem elas para um núcleo, a

6 Henry Allison. *Kant's Theory of Taste*, p.191; Cf, também, Allison, *Kant's transcendental idealism*, pp152-8.

partir do qual a relação entre seus significados é com-preendida? “Ora, a consciência de um ser racional da apazibilidade da vida, que acompanha incessantemente toda sua existência, é a *felicidade*, e o princípio de fazer dela o fundamento de determinação supremo do arbítrio é o princípio do amor-próprio (*Selbstliebe*)”⁷. Vejamos essa série:

Selbstliebe → Liebe für sich selbst → Liebe für das Selbst → Liebe für das Ich → Narzismus
amor-próprio → amor por si mesmo → amor pelo Si-mesmo → amor pelo Eu → narcisismo

Naturalmente, não queremos dizer que haja equivalência entre todos os termos da série, mas a afinidade é bastante expressiva. Tal como “o ‘eu penso’ deve poder acompanhar todas as minhas representações”⁸, dizemos que o amor pelo eu acompanha todas as formas de prazer/desprazer com tais representações, conferindo-lhes um significado subjetivo, mesmo que essa atribuição seja fundada em nexos associativos que não podem se tornar totalmente conscientes. De modo análogo a como o “eu penso” não coincide com a unidade originária da apercepção, mas também não consiste na unidade empírica da consciência, sendo anterior a esta⁹, o amor pelo eu, o narcisismo, possuiria um caráter “transcendental”, anterior às vivências conscientes dos sentimentos. Mas a relação entre os dois não é apenas de semelhança, metafórica, mas também metonímica, de influência recíproca e/ou complementaridade, na medida em que um dos elementos fundamentais do amor pelo eu é a da manutenção do próprio eu!¹⁰

Assim, as idéias de Henry Allison de que “o prazer no agradável precede o desejo, e não o inverso”¹¹, e de Paul Guyer de que “um objeto agradável apraz por meio de um puro efeito fisiológico nos sentidos”¹² são substancialmente equivocadas. Ora, nada tem significado em termos de apelo subjetivo, a não ser que se refira a experiências anteriores e, em última instância, ao amor-próprio. Um sem-número de vivências de estímulos que considerariamos de bom grado como “agradáveis”, como uma brisa, um toque de mão nos cabelos etc., deixariam de o ser em algum contexto: se estivéssemos muito concentrados e a brisa nos dispersasse, se o toque fosse irônico etc. Pense-se alguma sensação que supostamente se tem certeza que causaria prazer: pode-se imaginar várias circunstâncias, concepções de mundo, valores, traumas etc., que tornem inviável o surgimento do prazer ou forcem a emergência de outro sentimento. É precisamente essa enformação mimética pretérita do desejo que caracteriza

7 Kant, *Kritik der praktischen Vernunft*, p.22.

8 Kant, *Kritik der reinen Vernunft B*, p.131.

9 Idem.

10 No registro da concepção kantiana, fica claro que o “eu penso” é condição de possibilidade do amor pelo eu, mas, num certo sentido, este é anterior àquele (pelo menos em termos temporais é o que podemos deduzir, a partir da passagem da *Antropologia* em que ele diz que a criança *sentia* a si mesma, antes de *pensar* a si mesma (cf. ApH 128)), ou seja, a unidade do eu seria realizada a partir do ímpeto desiderativo dirigido para ela — essa última consideração, entretanto, ultrapassaria substancialmente os quadros da filosofia kantiana.

11 Henry Allison. *Kant's Theory of Taste*, p.91.

12 Paul Guyer, *Kant and the Claims of Taste*, p.167.

o cerne do conceito de interesse: sua particularidade, que Kant reafirma ininterruptamente. Não se trata apenas de uma diferenciação fisiológica ou de conceitos, mas também — e fundamentalmente — de constituição mimética do desejo.

Assim, podemos finalmente fornecer a seguinte definição: interesse, na medida em que estipula um vínculo do sujeito em relação a objetos possíveis de prazer/desprazer, funda-se na inércia mimética do impulso desiderativo do sujeito fundado no amor-próprio, que o leva a assimilar tais objetos em função das associações fantasísticas constituídas em sua vida, particularmente na primeira infância, momento privilegiado de constituição das primeiras con-figurações imaginárias, que formarão o núcleo de uma espécie de “memória” aquém da esfera de apreensão conceitual. — É essa inércia que será desafiada na experiência estética, tanto no belo quanto no sublime, para cuja análise reservamos textos posteriores.

BIBLIOGRAFIA (RESUMIDA)

ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Tradução de A. Morão. Lisboa: Martins Fontes, 1982.

ALLISON, Henry E. *Kant's Theory of Taste. A reading of the critique of aesthetic Judgment*. Cambridge: Cambridge University, 2001.

BARTUSCHAT, Wolfgang. *Zum systematischen Ort der Kritik der Urteilskraft*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1972.

CHÉDIN, Olivier. *Sur l'Esthétique de Kant*. Paris: J. Vrin, 1982.

CRAWFORD, Donald W. "Kant's Theory of Creative Imagination". In: GUYER, Paul (Org.). *Kant's Critique of Power of Judgment: critical essays*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, pp.143-170.

_____. *Kant's Aesthetic Theory*. Wisconsin: University Press, 1974.

DAVIS, Michael, *The Poetry of Philosophy. On Aristotle's Poetics*. South Bend: St. Augustine Press, 1992.

FREITAS, Verlaine. *Adorno e a arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. "A subjetividade estética em Kant: da contemplação da beleza ao gênio artístico". In: *Veritas*. Porto Alegre, 2003, pp.253-276.**

_____. "O belo como símbolo do moralmente bom". In: DUARTE, Rodrigo (org.). *Belo, Sublime e Kant*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.**

_____. *Para uma dialética da alteridade. A constituição mimética do sujeito, da razão e do tempo em Th. Adorno*. Tese. Inédita.**

(** Disponíveis em nosso site pessoal: www.verlaine.pro.br)

FREUD, Sigmund. *Der Dichter und das Phantasieren*. Gesammelte Werke, vol.VII Frankfurt am Main: Fischer, 1999, p.213-226.

GASCHÉ, Rudolf. *The idea of form. Rethinking Kant's aesthetics*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

GUYER, Paul D. "Formalism and the theory of expression in Kant's aesthetics". In: *Kant-Studien*, 68. Jahrgang, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1977, pp. 46-70.

_____. *Kant and the Claims of Taste*. Cambridge: Cambridge University, 1997.

_____. "Kant's principles of Reflecting Judgment". In: GUYER, Paul (Org.). *Kant's Critique of Power of Judgment: critical essays*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, pp.1-61.

KANT, Immanuel. *Kritik der Urteilskraft*. Hamburg: Felix Meiner, 2001. [Foram consultadas as traduções de Valério Rohden, pela Forense Universitária, 1993, de James Creed Meredith, pela Enciclopedia Britannica, 1972 e a parcial de Rubens Rodrigues Torres Filho, pela Abril Cultural, 1985.]

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Felix Meiner, 1998.

_____. *Kritik der praktischen Vernunft*.*

_____. *Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*.*

_____. *Die metaphysik der sitten*.*

_____. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*.*

_____. *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können*.*

(* Todos esses textos foram consultados através da edição eletrônica da obra completa de I. Kant, pela Karsten-Worm InfoSoftWare, 1996-97, baseada na edição dos *Kants gesammelten Schriften*, Bd. I-IX, editados pela *Preußischen Akademie der Wissenschaften*, 1902-1923.)

KEMAL, Salim. "Aesthetic Necessity, Culture and Epistemology". In : *Kant Studien*, 74. Jahrgang, Heft 2, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1983, pp. 176-205.

KNELLER, Jane. "Imaginative Freedom and the German Enlightenment". In: GUYER, Paul (Org.). *Kant's Critique of Power of Judgment: critical essays*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, pp.181-99.

MacMILLAN, C. "Kant's deduction of Pure aesthetic judgments". In: *Kant-Studien*, 76. Jahrgang, Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1985, pp. 43-54.

MAKKREEL, Rudolf A. *Imagination and interpretation in Kant: the hermeneutical import of the Critique of Judgment*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

PIEPER, Hans-Joachim. "Einbildungskraft, Phantasie und Protention. Zur Produktivität der Einbildungskraft in der *Kritik der ästhetischen Urteilskraft*". In: GERHARDT, Volker *et alii* (Org.). *Kant und die Berliner Aufklärung. Akten des IX. Internationalen Kant-Kongress*. Berlin: Walter de Gruyter, 2001, pp.443-453.

TERRA, Ricardo. R. "Kant: juízo estético e reflexão". In: *Artepensamento*, org. por Adauto Novaes, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 113-126.

WENZEL, Christian, *Das Problem der subjektiven Allgemeingültigkeit des Geschmacksurteils bei Kant*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000.

WILLBUR, J. B. "Kant's criteria of art and the Good Will". In: *Kant Studien*, Bonn: H. Bouvier, 1970, pp. 372-380.

ZUIDERVAART, Lambert. "'Aesthetic Ideas' and the Role of Art in Kant's Ethical Hermeneutics". In: GUYER, Paul (Org.). *Kant's Critique of Power of Judgment: critical essays*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003, pp.199-208.